

Estudo desmente justificativas do Executivo para a PEC da reforma Administrativa

A Proposta de Emenda à Constituição - PEC 32/20, que discute a Reforma Administrativa, encaminhada pelo Executivo tem o objetivo explícito de desmontar o Estado brasileiro. A afirmação vem de um estudo do Dieese apresentado pelo economista da subseção do departamento na Condsef/Fenadsef, Max Leno de Almeida. O estudo destaca os principais prejuízos trazidos com a proposta. O economista aponta três principais consequências diretas: mudança estrutural na base econômica e tecnológica; desmonte do papel do Estado; e mercantilização dos direitos sociais.

A PEC é parte de um grande projeto que, desde 2017, acarreta inúmeros retrocessos ao país. A edição contínua de Medidas Provisórias e de Projetos aprovados pelo Congresso Nacional enfraquecem as relações de trabalho, abrindo brechas para o retorno de práticas de apadrinhamento com indicações políticas a cargos públicos e de corrupção. Entre as principais mudanças do projeto estão as Reformas da Previdência e Trabalhista; a Lei da terceirização; a MP da contratação no serviço público; e o Programa de Privatizações.

Dados equivocados e falta de transparência

O Executivo justifica o pacote a partir de dados equivocados nos quais, segundo o governo, estão: percepção da sociedade de que o Estado custa muito e entrega pouco; estrutura complexa e pouco flexível da gestão de pessoas; serviço público ineficiente e pouco ágil; Estado obsoleto e pouco dinâmico e racional; serviço público distante da realidade do país; perda da capacidade de investimento; falta de recursos para manter a prestação de serviços básicos; e o comprometimento da folha de pagamento.

A falta de transparência com dados técnicos que sustentam a PEC 32 também é fortemente criticada por especialistas e parlamentares contrários à proposta. O TCU (Tribunal de Contas da União) deu um prazo de 15 dias para que o governo apresentasse dados que embasaram a reforma Administrativa.

O economista rebateu os "argumentos" defendidos pelo governo. Para Max, a PEC nada mais é que um instrumento voltado ao desmonte do serviço público. Segundo ele, os reais problemas são os seguintes: a Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos) – e não a remuneração dos servidores – limita tanto o investimento quanto os recursos para a prestação dos serviços básicos; medidas de contenção dos salários dos servidores, como vedação de reajustes para os próximos anos (LC 173/20 e EC 109/21), bem como a EC 103 (reforma da previdência) já vem sendo adotadas; e em 39% dos municípios brasileiros mais da metade dos empregos estão vinculados à administração pública, logo, os rendimentos dos servidores são fundamentais para a economia local.

O representante da subseção do Dieese apresentou um estudo completo sobre a realidade do serviço público no Brasil, com base em países desenvolvidos, e os impactos causados ao Estado. Entre as amostras, a média de 12,45% de servidores públicos em todo o Brasil, muito atrás dos Estados Unidos, França, Noruega, Suíça, Canadá, Espanha, Portugal e Itália. No documento, o país ocupa a 26ª posição no ranking das nações com maior número de servidores.

Max também fez uma comparação relacionada aos salários, evidenciando que a iniciativa privada é bem mais atrativa. Conforme a pesquisa, entre os servidores públicos de todas as esferas, 53,1% são remunerados em, até, 4 salários mínimos. Apenas 9,6% ganham entre 10 e 20 salários e 3,2% têm remuneração superior a isso. A última categoria concentra a maioria das carreiras que não serão afetadas pela PEC do desmonte. A tabela desmente a lenda dos altos salários do serviço público como o problema para a falta de investimentos em áreas fundamentais.

Os dados também revelam que cerca de 40% dos servidores públicos desempenham atividades nas áreas de saúde e da educação básica. A reforma afeta diretamente a prestação destes serviços.

O estudo ainda ressaltou as principais perdas para os servidores, tendo em vista que em mudanças afetam não só os futuros trabalhadores, mas os atuais. O texto modifica o regime jurídico, cria cinco categorias de vínculo contratual e facilita o desligamento do servidor. O modelo proposto também altera as regras de ingresso no serviço público, tornando-o cada vez menos atrativo. Com isso, abre espaço para a transferência das ações desenvolvidas pelo Estado para a iniciativa privada.

Dia 18/08 – todos às ruas

O serviço público brasileiro e a vida de toda a população deste país estão ameaçados com a reforma administrativa (PEC 32/20), proposta pelo governo Bolsonaro. **Por isso, o SINDSEP-MG convida os servidores de sua base para participarem da greve geral do setor público, com mobilização a partir das 17h, na Praça Afonso Arinos, em Belo Horizonte, cumprindo todos os protocolos sanitários por conta da pandemia de Covid-19.**

A PEC-32 propõe mudanças na Constituição e no papel do Estado brasileiro, diminuindo drasticamente a oferta de serviços públicos e prejudicando a população, principalmente quem mais precisa. A reforma visa substituir os servidores públicos por apadrinhados políticos; prevê o fim da saúde e educação públicas; o fim do SUS e da vacinação gratuita; a liberdade para a exploração desenfreada dos recursos naturais; o extermínio dos povos indígenas; e prejuízos para a agricultura.

Apenas a luta e unidade de toda classe trabalhadora são capazes de fazer frente a tamanhas tentativas de ataques a direitos essenciais. Participe!

18
DE AGOSTO

DIA NACIONAL DE
LUTA
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!
FORA BOLSONARO!

VAMOS À LUTA E
OCUPAR AS RUAS!

ATO UNIFICADO <<<
às **17h**, na **Praça Afonso Arinos**



NÃO FIQUE FORA DESSA. NOSSA LUTA É PELA VIDA!

